



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DO TESOURO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE  
REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO  
DISTRITO FEDERAL  
NONA REVISÃO  
ANO 2009**

Brasília, maio de 2010.

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE  
AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - NONA REVISÃO - ANO 2009**

**ROGÉRIO SCHUMANN ROSSO**

Governador do Distrito Federal

**ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado de Fazenda

**ADÃO NUNES DA SILVA**

Subsecretário do Tesouro

**Elaboração**

**CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTEZ**

Chefe do Núcleo de Acompanhamento  
do Programa de Ajuste Fiscal

**MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS**

Gerente da Dívida Pública e Ajuste Fiscal

**ROSSANA DE ALMEIDA MESQUITA**

Diretora Geral de Dívidas, Avais e Haveres

**Colaboração Técnica da Equipe:**

Subsecretaria da Receita/SEF

## **ÍNDICE**

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2009</b>	<b>4</b>
<b>2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2009</b>	<b>8</b>
2.1 - Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real	8
2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário	9
2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal	11
2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias	14
2.5 - Meta nº 5 - Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos	22
2.6 - Meta nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real	24
<b>3 - PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2010 A 2012</b>	<b>27</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

---

Este relatório apresenta os resultados alcançados pelo Governo do Distrito Federal – GDF no exercício de 2009, nos termos propostos pela nona revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF, firmado entre o GDF e a União.

O relatório analisa a execução orçamentária e financeira do GDF em 2009, considerando-se todas as fontes de recursos orçamentárias, com base nos demonstrativos contábeis e financeiros consolidados que compõem o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e traz uma síntese geral da performance fiscal do Distrito Federal em relação às metas que foram estabelecidas no Programa para aquele ano, bem como em comparação a exercícios anteriores e apresenta as perspectivas fiscais para o período de 2010-2012.

## 1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2009

---

Em pleno acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais, durante todo o primeiro semestre do ano de 2009, o resultado primário do Distrito Federal permaneceu positivo, chegando a R\$ 137 milhões, em junho, entretanto no semestre seguinte o DF contribuiu menos para o resultado fiscal nacional, apresentando, ao final do ano, um déficit primário de meio milhão de reais. A receita do GDF caiu no primeiro trimestre em torno de 5,2% em relação ao projetado e ainda houve cortes da União que somam R\$ 520 milhões em virtude da revisão de estimativa das reservas federais, provocada em função da crise financeira mundial, com cortes no envio de recursos para o Fundo Constitucional do DF atrelados à Receita corrente líquida da União acumulada em um ano, no valor de R\$ 230 milhões.

Neste cenário, a receita bruta do Distrito Federal atingiu, em 2009, R\$ 10,9 bilhões, R\$ 932 milhões superior a do ano anterior, com crescimento real de 7,38%. Deste total, cerca de 70% correspondem às receitas de arrecadação própria, que cresceram 6,18%, em termos reais, atingindo um montante de R\$ 8.118 milhões nesse ano. A meta das receitas próprias, projetada para o exercício de 2009, necessita ser revisada, haja vista erro material identificado no valor programado do ICMS conforme abordado no item 2.4 – Meta nº 4 (Receitas Próprias) da Seção 2 deste Relatório.

Em 2009, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 6,1 bilhões, superando a prevista em R\$ 131 milhões. Os itens de receita que mais contribuíram para explicar o excesso de receita realizada em relação à prevista foram os impostos indiretos, a saber, o ICMS, o ISS e o Simples. Por outro lado, as realizações do IPVA e do IPTU foram inferiores às previsões. A receita realizada do ICMS superou em 99 milhões à prevista no PAF para 2009. O ISS arrecadou 759 milhões em 2009, superando a prevista em 70 milhões. A receita realizada pelo Simples em 2009 foi de 150 milhões, excedendo 33 milhões em relação à prevista. O IPVA apresentou decréscimo de R\$ 39 milhões em relação à receita prevista no Programa e a arrecadação do IPTU, em 2009, foi inferior à previsão em R\$ 36 milhões.

Quanto às receitas oriundas de transferências da União, houve um aumento real de 2,7%, embora o Fundo de Participação dos Estados e o Imposto de Renda Retido na Fonte tenham retraído 5,3% e 2,25%, respectivamente, em termos reais, em relação ao ano de 2008.

Com relação às despesas não financeiras, elas superaram as do ano anterior em R\$ 1,5 milhão, valor que exprime um crescimento real de 13,9 %. Esse crescimento foi impulsionado pelo grupo das Outras Despesas Correntes-ODC e de Capital que obteve crescimento real de 21,4% em relação ao ano de 2008, com representatividade de 50,4% sobre as despesas totais não financeiras.

As Receitas de Capital apresentaram expressivo crescimento real de 103,5%, em virtude do ingresso de operações de crédito interna e externa contratadas pelo Governo do Distrito Federal, no montante de R\$ 274,5 milhões, com previsão de ingresso em 2007 e 2008, mas que só ingressaram nos cofres do Tesouro distrital em 2009.

As despesas brutas cresceram 15,8% em termos reais, impulsionadas pelos gastos com pessoal e investimentos, que apresentaram um crescimento real de 7,2% e 29,3%, respectivamente, em relação às despesas efetivadas no ano de 2008, em todas as fontes de recursos. Mesmo acrescidas das despesas com inativos e pensionistas classificadas na LOA/2009 no grupo de ODC, mediante ajuste no Programa, as despesas de pessoal mantiveram inferiores ao limite de 60% da Receita Corrente Líquida prevista, atingindo 52,81% desta última. Inclusive o transbordo de gastos nas áreas de saúde, educação e segurança<sup>1</sup> mantidos pelo Fundo Constitucional do DF, no valor de R\$ 2,6 bilhões para o tesouro local, manteve-se nos mesmos patamares dos valores despendidos em 2008 (R\$ 2,4 bilhões), já que até 2007, os cofres distritais arcavam com R\$ 1,5 bilhão em salários dessas três áreas.

---

<sup>1</sup> Vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil cedidos para a PMDF e CBMDF e Gratificações instituídas por leis distritais.

No exercício de 2009, o Distrito Federal passou a figurar no ranking dos Entes que estão capitalizando recursos para promover as futuras aposentadorias e pensões a partir da segregação da massa de servidores, de forma que os benefícios daqueles admitidos a partir de 01/01/07 não mais dependam dos recursos do Tesouro, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF e que, ainda, este foi o primeiro ano em que a unidade orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal-IPREV/DF integrou a Lei Orçamentária Anual/DF como gestor único do RPPS/DF.

Quanto as Outras Despesas Correntes, estas cresceram 21,2%, em termos reais, haja vista o volume expressivo de despesas executadas com fontes oriundas de superávit financeiro (R\$ 452 milhões).

A expansão das despesas alavancou os investimentos do Distrito Federal que ao contrário dos anos anteriores deram prioridade aos gastos de custeio em detrimento dos investimentos, apresentando-se superiores em 31,6% e 47,5%, em termos nominais, às despesas executadas nos anos de 2008 e 2007, respectivamente.

O GDF, em 2009, investiu R\$ 1,3 bilhão de reais em obras de infra-estrutura básica, urbanização, transporte seguro para a população, saneamento básico de água e esgoto em diversas localidades, construções de unidades de saúde, escolas, postos de segurança pública, bem como implantação de asfalto, meios-fios, enfim, principalmente, nas áreas mais carentes do Distrito Federal. Deste total, as despesas efetuadas com fontes de recursos contratados por operações de crédito apresentaram o montante de R\$ 225,8 milhões, contra R\$ 144,7 milhões em 2008 e R\$ 23 milhões do ano de 2007.

Desta forma, a combinação dos desempenhos das receitas e despesas não financeiras do Distrito Federal em 2009 se traduziu, preliminarmente, em um déficit primário de R\$ 501 milhões, consideradas as despesas empenhadas com recursos de superávits financeiros de anos anteriores, conforme abordagem detalhada contida na seção 2.2, que trata da meta nº 2 - Resultado Primário.

Ao final de 2009, o estoque da Dívida Consolidada do Distrito Federal permaneceu em R\$ 2 bilhões e a relação anual Dívida/Receita Líquida Real - RLR manteve-se em 0,22, demonstrando que o GDF vem mantendo o equilíbrio de seu endividamento.



## 2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2009

### 2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real

DÍVIDA/RLR	2009	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	≤ 1	0,22

No exercício de 2009 a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real manteve o índice de 0,22 atingido nos últimos dois últimos anos, bem abaixo da meta do Programa, conforme mostra a Tabela 1.

**TABELA 1 - DÍVIDA CONSOLIDADA – GDF**

ITENS	R\$ MILHÕES			
	2006	2007	2008*	2009
<b>Dívida Financeira</b>	<b>1.724</b>	<b>1.682</b>	<b>2.036</b>	<b>2.114</b>
Interna	1.404	1.348	1.644	1.741
Externa	320	334	392	373
<b>Receita Líquida Real</b>	<b>6.786</b>	<b>7.390</b>	<b>9.034</b>	<b>9.628</b>
<b>Relação Dívida Consolidada/RLR **</b>	<b>0,25</b>	<b>0,22</b>	<b>0,22</b>	<b>0,22</b>

FONTE: Dados extraídos dos Balanços.

\* A partir de 2008 os dados são consolidados (Administração Direta e Indireta).

\*\* Esta relação está superestimada pelo fato de o seu numerador não descontar o saldo dos “Ativos Financeiros” do GDF no valor de R\$ 853 milhões, consoante Balanço Patrimonial em 31/12/09.

A estabilidade desse indicador decorre, além do crescimento da Receita Líquida Real do Distrito Federal, do ligeiro acréscimo no estoque da Dívida Interna apresentado pelos desembolsos dos contratos em período de liberações efetuadas pelo BNDES e CAIXA, compensado pela baixa no estoque da Dívida Externa, devido à retração do dólar no ano de 2009, da queda do IGP-DI e principalmente pela regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF, que acabaram por ajudar na manutenção do valor da dívida financeira, em termos reais, no triênio.

## 2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	2009	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	R\$ 0 milhões	R\$ -501 milhões

O déficit primário de R\$ 501 milhões, inferior à meta do Programa (zero), decorreu, principalmente, de realização de despesas com fontes de superávit financeiro no total de R\$ 786,6 milhões, considerando todos os grupos de despesas, segundo a distribuição apresentada na Tabela abaixo:

**TABELA 2 - EMPENHADO COM FONTE DE SUPERÁVIT - GDF**  
Em milhões

GRUPOS DE DESPESA	2009
1 - Pessoal e Encargos Sociais	119.531.188
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.900.000
3 - Outras Despesas Correntes	451.790.522
4 - Investimentos	194.954.790
5 - Inversões Financeiras	15.192.527
6 - Amortização da Dívida	3.287.444
<b>TOTAL</b>	<b>786.656.471</b>

FONTE: SIGGO/2009.

Analisando de forma mais detalhada o resultado apresentado, observa-se da Tabela 3 que pelo segundo ano consecutivo, desde a assinatura do Programa, os juros líquidos apresentaram-se negativos, com resultado de R\$ 62 milhões em 2009, em virtude do desempenho favorável das receitas financeiras que superaram o montante das despesas com juros e encargos em 48%, confirmando a trajetória iniciada em 2008.<sup>2</sup>

**TABELA 3 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO – GDF**

ITENS	Realizado											Em milhões
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Juros Líquidos	29	30	68	61	71	73	54	56	15	-72	-62	
Resultado Primário	26	65	202	131	88	131	94	-58	556	130	-501	
<b>SALDO</b>	<b>-3</b>	<b>35</b>	<b>134</b>	<b>70</b>	<b>17</b>	<b>58</b>	<b>40</b>	<b>-114</b>	<b>541</b>	<b>202</b>	<b>-439</b>	

<sup>2</sup> Em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 48, 52 e 53) e metodologia de elaboração de Metas Fiscais e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria n.º 633, de 30/08/06), o GDF apresentou um **superávit primário real de R\$ 351 milhões**, haja vista o acréscimo de R\$ 766 milhões de receitas de exercícios anteriores (superávit), no déficit primário de **R\$ -415 milhões** apurados no exercício de 2009.

Da análise do resultado orçamentário do GDF do exercício de 2009, deficitário em R\$ 164,9 milhões (Balanço Orçamentário, Volume I – página 65), verifica-se a realização de despesas realizadas com recursos oriundos de apuração de superávits financeiros no valor total de R\$ 786,6 milhões (R\$ 711,6 milhões – fontes do Tesouro e R\$ 75 milhões de outras fontes), o que configura um resultado orçamentário real superavitário de R\$ 621,8 milhões.

Desta forma, considerando que R\$ 786,6 milhões dos dispêndios do ano de 2009 foram realizados com recursos resultantes de exercícios anteriores (denominado de superávit financeiro), ao incluirmos estes últimos no cálculo da receita de 2009 (possivelmente como receita diferida, como é feito por alguns Estados) ou excluirmos este valor (exceto as despesas com juros e amortização da dívida) do cálculo da despesa quando da avaliação do PAF, o resultado primário do GDF passa a ser da ordem de R\$ 280 milhões, conforme consta demonstrado na Tabela 4.

**TABELA 4 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO - GDF**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES					
	2007	2007*	2008	2008*	2009	2009*
<b>I – RECEITA BRUTA</b>	<b>8.214</b>	<b>8.214</b>	<b>10.017</b>	<b>10.017</b>	<b>10.949</b>	<b>10.949</b>
Receitas de Transferências	1.948	1.948	2.506	2.506	2.831	2.831
FPE	266	266	324	324	312	312
Outras	1.683	1.683	2.182	2.182	2.519	2.519
Receitas de Arrecadação Própria	6.266	6.266	7.511	7.511	8.118	8.118
ICMS	3.434	3.434	3.940	3.940	4.133	4.133
Outras	2.832	2.832	3.571	3.571	3.985	3.985
<b>II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>8.214</b>	<b>8.214</b>	<b>10.017</b>	<b>10.017</b>	<b>10.949</b>	<b>10.949</b>
<b>IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.658</b>	<b>7.587</b>	<b>9.887</b>	<b>9.451</b>	<b>11.450</b>	<b>10.670</b>
Pessoal	3.941	3.939	5.212	5.179	5.678	5.559
OCC	3.716	3.648	4.675	4.272	5.772	5.111
Investimentos	669	647	1.051	890	1.383	1.188
Inversões	82	74,2	126	112,7	121	106
Outras Despesas Correntes	2.867	2.829	3.370	3.141	4.150	3.698
Sentenças Judiciais	98	98	128	128	119	119
<b>V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)</b>	<b>556</b>	<b>627</b>	<b>130</b>	<b>566</b>	<b>-501</b>	<b>280</b>

**Nota:**

\* Excluídos os montantes de despesas com fontes de superávit financeiro nos valores de: R\$ 71 milhões em 2007, R\$ 436 milhões em 2008 e R\$ 781,5 milhão em 2009.

### 2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal

DESPESAS PESSOAL/RCL	2009	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	52,87%	44,02%
		52,81% *

**Nota:** \* Incluídas as despesas com Inativos e Pensionistas

No ano de 2009, as despesas de pessoal do GDF alcançaram R\$ 4.732 milhões, desconsideradas as despesas com Inativos e Pensionistas, o que representou 44,02% da Receita Corrente Líquida. Entretanto, segundo os conceitos do Programa de Ajuste Fiscal e considerando a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF, por meio da Lei Complementar nº 769 de 30/06/2008, a despesa com pessoal e encargos agregada às despesas com Inativos e Pensionistas, que foram classificadas na LOA/DF no grupo de Outras Despesas Correntes, representou 52,81% da Receita Corrente Líquida, aquém do limite de 60% e da projeção de comprometimento acordada para o ano de 2008 em 52,87% da RCL.

O marco divisor do Regime Próprio de Previdência do DF foi o ano de 2009, pois este foi o primeiro ano em que a unidade orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal-IPREV/DF integrou a Lei Orçamentária Anual/DF, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, composto por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal.

Com a finalidade de gerir e consolidar o RPPS, o IPREV/DF segregou a massa dos servidores em duas: Servidores que ingressaram na carreira pública até 31/12/06 - terão seus benefícios previdenciários suportados pelo FUNDO FINANCEIRO-SEGURIDADE SOCIAL, que opera sob o regime de caixa, ou seja, os recursos descontados dos ativos são usados para o pagamento dos benefícios dos inativos, com o Tesouro distrital assumindo as eventuais diferenças entre os valores arrecadados e as despesas do regime; Servidores que ingressaram na carreira pública a partir de 01/01/07- vinculados ao FUNDO PREVIDENCIÁRIO-DFPREV, que opera sob o regime capitalizado, com as contribuições dos servidores segurados juntamente com as patronais acumuladas em forma de poupança e aplicadas no mercado financeiro.

A política de investimentos do IPREV/DF foi estruturada em consonância com a legislação em vigor, em especial à Resolução do BACEN nº 3.506/07 e considerando a sua recente criação, foi adotado um portfólio de investimentos conservador composto, exclusivamente, por investimentos em renda fixa e em títulos públicos federais, representando mais de 25% do montante de recursos dos RPPS, aplicados em bancos oficiais (Caixa, BB, BRB) com classificação de baixo risco, de forma a atingir a meta atuarial.

No decorrer do ano de 2009, as receitas para pagamento de inativos e pensionistas, manutenção de serviços administrativos gerais, gestão de TI, PASEP e outras despesas IPREV/DF totalizaram R\$ 1,3 bilhão.

Verifica-se da Tabela 5, o acréscimo nas despesas de pessoal do GDF no ano de 2009 da ordem de R\$ 475 milhões que representou um crescimento real de 7% em relação ao ano anterior. Entretanto, cabe frisar que nos anos de 2008 e 2009 foram computadas todas as fontes de recursos orçamentárias, incluindo as de arrecadação próprias dos órgãos, bem como aquelas oriundas de superávits financeiros (R\$ 119,5 milhões utilizados em 2009 neste grupo de despesas), diferentemente do cômputo das despesas elencadas no ano de 2007, que abrangeu somente as despesas com fontes do Tesouro, de acordo com os critérios de abrangência das receitas e despesas acordados entre o Distrito Federal e a União.

**TABELA 5 - DESPESA DE PESSOAL – GDF**

DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	R\$ MILHÕES		
	2007	2008	2009
Poder Executivo (Adm. Direta)	2.250	3.239	3.571
Poder Executivo (Adm. Indireta)	382	481	491
Poder Legislativo	248	251	279
Inativos e Pensionistas	796	921	974
Outras (*)	266	310	364
<b>TOTAL</b>	<b>3.941</b>	<b>5.203</b>	<b>5.678</b>

FONTE: Em 2007, dados extraídos dos Balanços considerando somente as fontes de recursos do Tesouro.

A partir de 2008 os dados são consolidados (todas as fontes de recursos).

(\*) Composta por Salário Família, Despesas de Pessoal com Contrato de Terceirização e Ressarcimento de Pessoal Requisitado.

A expansão das despesas com pessoal e encargos sociais decorreu basicamente de alteração na remuneração de diversas carreiras do GDF, com impacto financeiro de R\$ 237,9 milhões no ano de 2009. O montante orçamentário para a realização das medidas de incremento de pessoal, no tocante a realização de concurso público e nomeação dos candidatos aprovados, perfazia o valor de R\$ 163,5 milhões para o Poder Executivo, tendo sido realizada a despesa de R\$ 311,7 milhões.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do DF não integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental-SIGGO e não fazem parte do Programa, entretanto o aporte de recursos do Tesouro em complemento ao FCDF está considerado no cômputo das despesas de 2009 e contribuíram sobremaneira na expansão das despesas com pessoal e encargos sociais, haja vista que o valor de R\$ 2,6 bilhões despendido pelo tesouro local, no ano de 2009, manteve-se nos mesmos patamares dos valores liberados em 2008 (R\$ 2,4 bilhões), já que até 2007, os cofres distritais arcavam com R\$ 1,5 bilhão em complemento aos salários nas áreas de saúde, educação e segurança custeados com recursos do FCDF.

Conforme se verifica, ainda, da Tabela 5, os gastos com pessoal e encargos do Distrito Federal se mantiveram, em 2009, com a mesma representatividade média dos anos anteriores dos recursos entre os seguintes grupos: Executivo – 71%, Legislativo – 5%, Inativos e Pensionistas – 17% e Outras – 6%.

## 2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias

RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA	2009	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	R\$ 8.155 milhões	R\$ 8.118 milhões

Ao final do exercício de 2009, as receitas próprias do Distrito Federal atingiram o montante de R\$ 8.118 milhões, superando nominalmente em 8,08% as receitas arrecadadas no ano anterior, com crescimento real de 6,2% e R\$ 1.889 milhões superiores às receitas do exercício de 2007.

Em relação à meta, o montante de receitas próprias representou 99,5% do valor inicialmente programado para o exercício. A frustração do ingresso dessas receitas, em R\$ 37 milhões, representa um desvio mínimo de apenas 0,5% do inicialmente esperado, decorrente de superestimação na previsão da **receita própria tributária**, especificamente, no valor projetado para o ICMS, que conteve a receita do ICMS Financiamento FUNDEF/FIDE no valor de R\$ 219,4 milhões, em duplicidade. Verifica-se da Tabela abaixo, que ao expurgarmos o valor duplicado do ICMS (R\$ 219,4) da meta assinada, o total arrecadado no ano extrapola o valor revisado em R\$ 182,7 milhões.

**TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS – GDF**

CLASSIFICAÇÃO	2007	2008	ANÁLISE DA META PROGRAMADA PARA ANO 2009				
			META ASSINADA (A)	REALIZADO até DEZ/09 (B)	(A) - (B)	META REVISADA (C)	(B) - (C)
<b>TRIBUTÁRIA</b>	<b>5.037.912</b>	<b>5.808.215</b>	<b>6.193.548</b>	<b>6.105.112</b>	<b>(88.437)</b>	<b>5.974.081</b>	<b>131.031</b>
IMPOSTOS	4.935.702	5.693.312	6.065.848	5.991.259	(74.589)	5.846.381	144.878
ICMS	3.433.791	3.941.223	4.103.729	3.983.561	(120.168)	3.884.261	99.299
ISS	642.763	675.049	689.603	759.201	69.599	689.603	69.599
IMPOSTO SIMPLES	67.114	114.655	116.995	149.805	32.810	116.995	32.810
IPTU	276.626	340.217	400.768	364.849	(35.919)	400.768	(35.919)
ITBI	121.293	148.536	155.719	172.358	16.639	155.719	16.639
ITCD	20.759	25.518	24.276	25.597	1.321	24.276	1.321
IPVA	373.357	448.113	574.758	535.888	(38.871)	574.758	(38.871)
TAXAS	102.210	114.903	127.700	113.853	(13.847)	127.700	(13.847)
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>849.870</b>	<b>904.292</b>	<b>1.065.387</b>	<b>986.138</b>	<b>(79.249)</b>	<b>1.065.387</b>	<b>(79.249)</b>
PATRIMONIAL *	35.779	78.364	81.300	108.833	27.533	81.300	27.533
AGROPECUÁRIA	65	21	0	19	19	0	19
INDUSTRIAL	1.370	2.612	0	2.301	2.301	0	2.301
SERVIÇOS *	6.035	174.602	180.000	232.533	52.533	180.000	52.533
OUTRAS CORRENTES	310.967	531.736	608.587	633.151	24.565	608.587	24.565
RECEITAS DE CAPITAL	21.980	17.476	26.250	55.017	28.767	26.250	28.767
<b>TOTAL</b>	<b>6.266.215</b>	<b>7.511.472</b>	<b>8.155.072</b>	<b>8.118.354</b>	<b>(36.718)</b>	<b>7.935.604</b>	<b>182.749</b>

NOTA: \*Excluídas as receitas financeiras.

Os itens de receita que mais contribuíram para explicar o excesso de receita realizada em relação à prevista foram os impostos indiretos, a saber, o ICMS, o ISS e o Simples. Por outro lado, as realizações do IPVA e do IPTU foram inferiores às previsões.

A receita realizada do ICMS superou em 99 milhões à prevista revisada no PAF para 2009. Esse resultado indica uma subestimação da receita prevista, uma vez que, ao se comparar a receita de ICMS realizada em 2009 com a mesma do ano precedente, verifica-se um crescimento nominal muito baixo de 1,1%, que denota uma variação real negativa, com base no INPC do período, e ainda assim, a receita realizada foi superior à prevista. Esse decréscimo real é resultado da queda real da arrecadação do imposto em todos os segmentos econômicos no ano de 2009 em relação ao ano de 2008.

O ISS arrecadou 759 milhões em 2009, superando a receita prevista em 70 milhões. Podem ser citados, em especial, dois fatores que contribuíram para esse resultado: a expansão de atividades de bancos estatais e o monitoramento da fiscalização tributária no setor de ensino.

A receita realizada pelo Simples em 2009 foi de 150 milhões, excedendo 33 milhões em relação à prevista. Esse resultado está associado com o incremento de 33% do número de contribuintes pagantes do Simples, entre dezembro de 2009 e 2008, sendo que o número de contribuintes do Simples de ICMS cresceu 43%. A Tabela abaixo apresenta o número de contribuintes pagantes do Simples em 2008 e 2009.

**TABELA 7 – NÚMERO DE CONTRIBUINTE PAGANTES DO IMPOSTO SIMPLES - GDF**

IMPOSTOS	DEZ/08	DEZ/09	INCREMENTO
ICMS	15.743	22.491	43%
ISS	10.222	12.076	18%
<b>TOTAL</b>	<b>25.965</b>	<b>34.567</b>	<b>33%</b>



O IPVA apresentou decréscimo de R\$ 39 milhões de arrecadação em 2009, em relação à receita prevista no PAF, o que indica uma superestimação de previsão, pois a realização de 2009 excedeu em 19,6% a de 2008, em termos nominais. O acréscimo de arrecadação do IPVA em 2009 em relação ao ano precedente está provavelmente associado às medidas do governo federal de isenção do IPI sobre veículos e o conseqüente aumento da frota no Distrito Federal.

A arrecadação do IPTU em 2009 foi inferior à previsão em R\$ 36 milhões. A previsão otimista foi gradualmente reduzida ao longo de 2009 em razão do aumento da expectativa para a inadimplência. Entretanto, a receita realizada em 2009 foi superior a de 2008 em 7,2%.

A arrecadação do ITBI superou em R\$ 17 milhões à previsão do imposto, provavelmente decorrente da expectativa de interferência da crise financeira nos negócios imobiliários, o que não ocorreu.

O comportamento da arrecadação das taxas em 2009 não foi suficiente para alcançar a previsão, resultando em um déficit de R\$ 14 milhões. Tal fato ocorreu devido à alteração na legislação das taxas, ocorrida em 2008.

O desempenho favorável das receitas resultou das várias ações de combate à evasão e à sonegação implementadas na área tributária no ano de 2009, previamente estabelecidas nos Projetos comentados abaixo:

<b>Projetos de Monitoramento</b>	<b>Objetivo</b>
Substitutos Tributários do ICMS	Monitorar o comportamento tributário dos contribuintes substitutos tributários do ICMS, no tocante à regularidade da retenção e recolhimento do imposto devido por substituição tributária e, se necessário, realização de auditoria com vistas à constituição do crédito tributário respectivo.
Combustíveis	Verificar a regularidade tributária das operações envolvendo combustíveis no DF, conferindo a exatidão dos anexos apresentados pelas refinarias, distribuidoras e Transportador Revendedor Retalhista – TRR e, se necessário, diligências aos postos revendedores de combustíveis - PRCs, adotando as ações pertinentes.
Regime Especial de Apuração do ICMS – REA	Monitorar o cumprimento das obrigações previstas na legislação que rege o Regime Especial de Apuração do ICMS - REA para indústrias, comércio atacadista e distribuidor, em especial o recolhimento do ICMS, transmissão de informações no LFE e cumprimento de demais obrigações, como o recolhimento aos fundos FUNDAF e FUNGER.

Substitutos tributários do ISS	Orientar e acompanhar os substitutos tributários do ISS relativamente ao cumprimento da legislação tributária, tomando-se como referencial as informações de retenção do ISS fornecidas por órgãos públicos do GDF e da União e empresas públicas e privadas habilitadas como substitutos tributários do imposto.
Shows e Eventos	Acompanhar o comportamento das empresas e promotores autônomos que atuam no segmento de realização de shows e eventos, com vistas à apuração e cobrança do ISS devido por estimativa e, se necessário, constituição do crédito tributário respectivo.
Comunicação e Energia Elétrica	Acompanhar o comportamento tributário das empresas que atuam nos segmentos de comunicação e de energia elétrica, suas operações e verificar a regularidade de seus procedimentos.
<b>Projetos de Diligências</b>	<b>Objetivo</b>
Monitoramento de leitura "X" de ECF	Diligências repetidas mensalmente no mesmo grupo de contribuintes com o objetivo de obtenção de série histórica das operações de venda e prestação de serviços tributáveis para posterior comparação com o movimento declarado no LFE.
Operações Especiais	Ações de impacto realizadas a partir de planejamento da Gerência de Programação Fiscal/GEPRO com vistas a coibir práticas de ilícitos tributários em segmentos econômicos ou locais específicos, bem como atendimento a denúncias internas/externas e operações conjuntas com a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária e Receita Federal do Brasil, dentre outros. Em 2009 destacamos as operações especiais do Dia das Mães e do Dia Nacional de Combate à Sonegação.
SOIWEB	Diligências <i>in locu</i> para verificação das denúncias recebidas via sistema SoiWeb, da Corregedoria Geral do DF.
Pesquisas de preços em estabelecimentos comerciais	Coleta de preços para fixação da base de cálculo de produtos sujeitos à substituição tributária do ICMS, como cervejas, refrigerantes, combustíveis, água mineral, etc.
Condomínios comerciais	Verificação de regularidade de inscrição cadastral de empresas ou profissionais autônomos estabelecidos em condomínios comerciais com respectiva lavratura de auto de infração e termo de inscrição de ofício, nos casos em que couber.
<b>Projetos e Ações da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito</b>	<b>Objetivo</b>
Operações noturnas de fiscalização de gado	Diminuir focos de evasão fiscal no segmento por meio de ações noturnas em pontos estratégicos.
Operação na Feira dos Importados	Reduzir a sonegação fiscal neste ponto de grande movimento comercial e de mercadorias.
Operações no eixo rodoviário da BR 060	Combater a sonegação de mercadorias fracionadas em veículos utilitários de pequeno porte especialmente confecções e acessórios.
Operações em feiras de material de construção	Coibir a prática de operações de não contribuintes em operação a vender no DF no setor específico.
Operação conjuntas com a Polícia Civil ("lata velha")	Coibir formação de depósitos irregulares de acessório de auto-peças usados.

<b>Projetos de Auditoria</b>	<b>Objetivo</b>
Cartão de Crédito	Exigência do imposto não oferecido à tributação por meio de pagamentos feitos nas compras de mercadorias com cartões de débito/crédito, tendo como base o cruzamento de informações prestadas pelos contribuintes no Livro Fiscal Eletrônico com as prestadas pelas administradoras de cartões de débito/crédito.
Última verificação nos livros fiscais em papel	Atividade de auditoria consistente em uma última verificação nos livros fiscais em papel a fim de certificar a regularidade dos lançamentos no período de 2004 a agosto de 2006, tendo em vista a implantação do Livro Fiscal Eletrônico a partir de setembro de 2006.
“Créditos podres”	Cobrança do ICMS de contribuintes que se utilizaram de créditos fictícios nas operações de compra a fim de suprimir o imposto devido na saída de mercadorias.
Leitura da memória fiscal do ECF	Extração eletrônica de dados da memória fiscal dos equipamentos emissores de cupom fiscal – ECF e geração de mapa resumo, visando a apuração de operações de ICMS e ISS não declaradas nos LFE.
Cartórios	Cobrança do ISS de todos cartórios do DF após decisão judicial do STF.
Gastos públicos registrados no SIAFI/SIGGO	Exigência do imposto não oferecido à tributação e relativo a fatos geradores decorrentes das operações da venda de produtos a órgãos públicos do GDF e do Governo Federal.
Cassação de TARE	Cobrança da diferença do ICMS devido pela sistemática de apuração normal, quando da exclusão de contribuintes do regime de TARE.
Informação de dados de aplicativo de ECF	Expedição de notificações para que os estabelecimentos comerciais informassem dados relativos ao aplicativo que envia comandos ao ECF, uma vez que o fim dos dossiês dos contribuintes nas agências de atendimento gerou perda de informação.

Além dos projetos descritos acima, no âmbito da Diretoria de Fiscalização Tributária foram realizadas ações originárias de denúncias e demandas externas e internas. As denúncias externas são provenientes em sua maioria de outros órgãos públicos (Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária, Ministério Público do DF, Secretarias de Fazenda de outras unidades federadas), enquanto as internas se originam de relatórios lavrados pelos agentes fiscais que no exercício de suas atividades colhem indícios de irregularidades e sugerem a realização de ações fiscais.

Nas tabelas abaixo, destaca-se a participação relativa na arrecadação do ICMS dos principais setores monitorados, bem como do monitoramento na arrecadação do Imposto Sobre Serviços do Distrito Federal durante o ano de 2009:

**TABELA 8 – ICMS SEGUNDO SETORES GDF**

<b>SEGMENTO ECONÔMICO</b>	<b>2009</b>
ENERGIA ELÉTRICA	7,25%
COMBUSTÍVEIS	20,29%
SERVIÇOS COMUNICAÇÃO	19,00%
<b>PRINCIPAIS SEGMENTOS MONITORADOS</b>	<b>46,54%</b>

**TABELA 9 – ISS SEGUNDO SETORES GDF**

<b>SEGMENTO ECONÔMICO</b>	<b>2009</b>
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	19,19%
RETENÇÃO VIA SIAFI	16,45%
RETENÇÃO VIA SIGGO	10,51%
<b>ISS MONITORADO</b>	<b>46,15%</b>

Ao longo de 2009, as medidas descritas acima geraram ações fiscais e lavraturas de documentos com 3.141 ações concluídas, dentre auditorias, diligências e monitoramentos. No tocante à fiscalização em estabelecimentos foram constituídos 694 créditos tributários, atingindo a cifra de R\$ 733,4 milhões e 3.545 créditos tributários pela fiscalização de mercadorias em trânsito, montando em R\$ 181,1 milhões.

As principais medidas adotadas no combate à evasão e à sonegação fiscais implementadas durante o exercício de 2009, foram:

- Propostas de alteração da legislação tributária oriundas de problemas legislativos detectados quando da análise dos processos de consulta, ou como sugestão dos diversos setores da SUREC, bem como para atender às necessidades da Administração Tributária;
- Procedimentos contínuos de revisão e atualização da legislação, visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
- Inserção de comentários nos Regulamentos do ICMS e do ISS para esclarecer os pontos que suscitam dúvidas, facilitando a interpretação por parte dos aplicadores da norma;
- Pesquisas nas legislações tributárias de outras unidades federadas, comparando-as a do Distrito Federal propondo ajustes necessários e convenientes;
- Monitoramento e controle da entrega e recepção do livro eletrônico dos contribuintes, visando à cobrança de valores declarados e não recolhidos, bem como de multas por omissão. Esta cobrança é chamada de Rito Especial:

<b>SITUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Quantidade</b>	20.808
<b>Valor Arrecadado</b>	4.825.934

- Cobrança administrativa através da emissão de notificações das decisões de 2ª Instância:

SITUAÇÃO	TOTAL
1.1 Quantidade	155
1.2 Cobrado	97.543.148
1.3 Pago	56.309,97

- Cobrança da dívida ativa por ocasião da inscrição de débitos:

SITUAÇÃO	TOTAL
Quantidade	52.372
Qtd Pago	7.244
Qtd Parcelado	9.158

- Cobrança da dívida ativa não ajuizada em época posterior a sua inscrição:

SITUAÇÃO	TOTAL
Débitos de origem tributária	88.879.464,50
Débitos de origem não-tributária	1.986.652,51

- Parcelamentos administrativos concedidos:

TRIBUTO	TOTAL
1. ICMS	4999
	104.108.882,64
	32.876.144,92
2. IPVA	15311
	14.459.839,02
	6.024.916,00
3. ISS	13897
	42.094.741,60
	21.639.990,21
4. IPTU	66801
	53.394.616,70
	22.447.429,84
5. TLP	66165
	10.964.690,75
	5.792.577,06
6. ITCD	304
	970.614,67
	728.117,19
7. ITBI	543
	1.996.841,02
	723.098,00
8. OUTROS	6424
	16.016.636,76
	4.026.507,66
TOTAL GERAL	165088
	244.006.863,16
	94.258.780,88

- Realização de compensação de débitos com precatórios:

	Quantidade	Valor Consolidado (R\$)	Sinal (10%)	Valor do Saldo (R\$)
<b>TOTAL</b>	106	30.808.349,38	2.178.243,80	28.630.105,58

Observa-se ainda que:

- A implantação do sistema de cadastro sincronizado do Distrito Federal foi suspensa pela RFB no final de 2008;
- A atualização do cadastro imobiliário no que se refere à área construída e natureza de ocupação dos imóveis não coletivos está prevista no âmbito do PNAFM, que ainda não foi iniciado; e
- O sistema eletrônico de transmissão da propriedade de imóveis interligando o cadastro imobiliário da Secretaria de Estado de Fazenda com os cartórios está em fase de homologação, isto é, ainda não foi implantado.

Em 2009, as receitas próprias não tributárias tiveram participação de 25% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, mantendo o mesmo patamar de participação sobre as receitas próprias apurado no ano anterior. Verifica-se, da Tabela 10 abaixo, um crescimento nominal das receitas não tributárias de 18%, em relação ao exercício anterior, e de 16%, em termos reais, tendo sido impulsionado pelas receitas Patrimoniais, de Serviços e das Outras Receitas Correntes.

**TABELA 10 – RECEITAS PRÓPRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS - GDF**

RECEITAS PRÓPRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS	2006	2007	2008	R\$ Milhões 2009	
				Programado	Realizado
Receitas de Contribuições	770	850	904	1.065	986
Receita Patrimonial	19	36	78	81	109
Receita Industrial	1	1	3	-	2
Receita de Serviços	7	8	171	180	228
Outras Receitas Correntes	205	311	532	609	633
Outras Receitas de Capital	27	22	17	26	55
<b>TOTAL</b>	<b>1.029</b>	<b>1.228</b>	<b>1.705</b>	<b>1.961</b>	<b>2.013</b>

**FONTE:** Até 2007, dados extraídos dos Balanços considerando somente as fontes de recursos do Tesouro.  
A partir de 2008 os dados são consolidados (todas as fontes de recursos).

O aumento crescente nas receitas patrimoniais decorreu, principalmente, do incremento nas aplicações financeiras, fruto de negociações com o Banco de Brasília-BRB para melhora dos rendimentos oferecidos e dos créditos de R\$ 18 milhões, de R\$ 49 milhões e de R\$ 25 milhões referentes ao recebimento de dividendos do BRB pelo Tesouro distrital, respectivamente nos anos de 2007, 2008 e 2009.

No montante total das receitas de Serviços destacam-se R\$ 94 milhões arrecadados com Serviços de Transportes: rodoviário, ferroviário e metroviário pela Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília, Transporte Urbano do Distrito Federal e Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, contra os R\$ 58 milhões arrecadados em 2008, e R\$ 122 milhões advindos das receitas com Serviços de Trânsito arrecadados pelo Departamento de Trânsito<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Valores que ingressaram em 2009 referentes à Serviços de Trânsito: R\$ 28 milhões com Taxa de Veículos, R\$ 24 milhões com Taxa de Condutores, R\$ 3 milhões Taxa de Depósito de Veículos, R\$ 43 milhões de Taxa de Licenciamento e Cadastramento e R\$ 10 milhões com Serviços de Vistoria de Veículos.

## **2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**

Com respeito aos compromissos previstos no Programa de Ajuste Fiscal para 2009, o Governo do Distrito Federal promoveu as seguintes ações:

- Realizou dispêndios com “Outras Despesas Correntes” no montante de 43,10% da Receita Líquida Real-RLR, acima, portanto, do inicialmente planejado (ou seja, 37,24% da RLR de- 2008), decorrendo em um aumento de R\$ 565 milhões do valor previsto. Verifica-se, entretanto, que R\$ 452 milhões foram custeados com recursos de superávit financeiro, o que configura um excedente de apenas R\$ 113 milhões;
- Encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional-STN, até o dia 31 de maio de 2010, o relatório de execução do PAF relativo ao exercício de 2009;
- Manteve atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis-SISTN, junto a Caixa Econômica Federal de acordo com as normas estabelecidas pela STN;
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento do Programa na Diretoria Geral de Dívidas, Avais e Haveres por meio do Núcleo de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal vinculado à Gerência da Dívida Pública e Ajuste Fiscal, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 27.782, de 15/03/07, que reestruturou a então Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal);
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento das Empresas Dependentes do Distrito Federal por meio do Núcleo de Acompanhamento da Administração Indireta vinculado à Gerência de Avais e Haveres, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 27.782, de 15/03/07, que reestruturou a então Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal).



## 2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real

INVESTIMENTO/RLR	2009	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	16,13%	15,62%

Os investimentos e inversões financeiras do Governo do Distrito Federal, em 2009, totalizaram R\$ 1,5 bilhão, mantendo a relação Investimento e Inversões/RLR em 15,62%, abaixo dos 16,13% inicialmente programados.

As despesas de investimentos somaram R\$ 1,3 bilhão e analisando sua distribuição segundo as funções de governo detalhadas na Tabela 11, verifica-se que o Governo manteve, em 2009, a prioridade em investir em obras de infra-estrutura básica, pavimentação, saneamento, urbanização, transporte seguro para a população por meio de conservação e manutenção das rodovias buscando promover a segurança do tráfego e ainda com o saneamento básico de água e esgoto. As funções saúde e educação também mantiveram posição de destaque com a construção e reformas de hospitais e escolas.

**TABELA 11 – DESPESAS DE INVESTIMENTO POR FUNÇÃO - GDF**

FUNÇÃO GOVERNAMENTAL	REALIZADO Em Milhões
	2.009
01 - LEGISLATIVA	67,4
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	52,0
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	7,6
10 - SAÚDE	86,5
12 - EDUCAÇÃO	96,4
15 - URBANISMO	397,4
17 - SANEAMENTO	34,7
25 - ENERGIA	35,3
26 - TRANSPORTE	489,0
27 - DESPORTO E LAZER	59,2
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.326</b>
<b>DEMAIS FUNÇÕES</b>	<b>57</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.383</b>

FONTE: Foram considerados os valores empenhados do SIGGO  
Posição até 31/12/09, de todas as fontes de recursos.

As fontes de recursos oriundas de operações de crédito que financiaram as despesas com investimentos totalizaram R\$ 225,8 milhões, sendo R\$ 132,9 milhões de financiamentos internos e R\$ 92,9 milhões externos, alcançando 46% dos recursos previstos pelo GDF no Programa.

As despesas com inversões financeiras foram compostas basicamente da continuidade de empréstimos, mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos, por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEF, para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal no montante de R\$ 97 milhões, bem como voltados para a geração de emprego e renda no DF que totalizaram, no ano, o valor de R\$ 15 milhões.

Destacamos que, em 2009, o GDF deu prosseguimento aos projetos iniciados em anos anteriores e concluiu diversas obras, com os seguintes resultados: execução de cento e oito mil metros de rede de drenagem pluvial, duzentos e setenta e cinco mil metros de pavimentação asfáltica, trezentos e um mil metros quadrados de passeios e dois mil metros de meios-fios em diversos locais do DF; plantio de cento e noventa e uma mil árvores e duzentos e doze mil metros quadrados de grama; construção de quatro viadutos em Águas Claras; quinhentas unidades habitacionais na Vila Estrutural, Núcleo Rural Monjolo, Riacho Fundo II e Samambaia; construção da Torre de TV Digital; da Nova Rodoviária Interestadual; dos Restaurantes Comunitários da Estrutural, Gama e Brazlândia; de centros comunitários e escolas na Estrutural, Ceilândia, Brazlândia, Santa Maria e Recanto das Emas; do Ginásio Poliesportivo na QNN 16 em Ceilândia, do Pólo Aquático do Gama; nova Sede da Câmara Legislativa do DF; reforma do Espaço Cultural do Clube do Choro e do Planetário; da fachada do Teatro Nacional; da Catedral de Brasília; reforma e construção de feiras permanentes no Cruzeiro, Gama e Sobradinho; implantação do campus da UNB em Ceilândia e no Gama; de cento e três Postos Policiais em diversos locais do DF; execução de onze campos de futebol (grama sintética), passeios e alambrados; expansão e melhoria do Sistema de Iluminação Pública, implantação e ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário; Construção, reforma e ampliação de Estações de Tratamento de Água – ETAs (Brasília e

a Contagem/Paranoazinho); melhorias nas Estações de Tratamento de Esgotos do Paranoá e São Sebastião; instalação de trinta e seis mil novas ligações de água e quarenta mil ligações de esgoto em todo o DF; construção da ligação L2/L4 Sul; implantação de cerca de quatro mil placas indicativas; início de implantação do trecho W3-Sul do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT; aquisição de doze novos trens com modernização da frota existente; conclusão de duas novas estações (102 e 112 Sul) e instalação dos respectivos elevadores e escadas rolantes, passando o Metrô a operar com vinte e três estações; instalação de escadas rolantes nas estações Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal Ceilândia; construção, reforma e ampliação de escolas, resultando em mil novas salas de aula, construção e reforma de diversas instalações no Sistema Penitenciário e em órgãos de segurança pública, destacando-se as obras do Centro de Progressão Penitenciária, e da 29ª e 30ª Delegacias de Polícias, conclusão de quatro ciclovias com 42 km (São Sebastião/Jardim Botânico, Itapoã/Paranoá, Varjão/Paranoá e Samambaia/estações do Metrô e reforma do Ginásio de Esporte Nilson Nelson).

Com relação ao transporte público, no exercício de 2009, destaca-se o projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, tendo como objeto principal o Programa de Transporte Urbano.

Referido projeto envolve principalmente as obras de adequação da EPTG – Linha Verde – ao longo dos seus 12,7 km, constituídas de ampliação no número de pistas de rolamento, novo asfaltamento, construção de cinco viadutos, corredores exclusivos para ônibus e outras intervenções.

No que se refere à estrutura do setor saúde, grande volume de investimentos foi realizado na renovação dos equipamentos de imagem da rede hospitalar pública, consultórios odontológicos e aparelhos de fisioterapia, inauguração de cinco unidades de atenção primária distribuídas em Araponga, Mestre D'Ármas, Itapoã, Vila São José em Brazlândia e Riacho Fundo II, ampliação da Unidade Materno Infantil do Hospital Regional da Asa Sul, reforma total do Hospital de Base do DF, bem como foi iniciada a construção de quatro Unidades de Pronto Atendimento vinte e quatro horas – UPAS, nas cidades de Recanto das Emas, São Sebastião, Samambaia e Núcleo Bandeirante.

### 3 - PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2010 A 2012

O processo de elaboração dos instrumentos orçamentários do Governo Distrito Federal para o exercício de 2010, desde o projeto de Lei Orçamentária Anual até a aprovação e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, foi orientado para contemplar as políticas da atual gestão governamental, definidas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2007 a 2010.

As Metas relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública constaram no ANEXO II – Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010, conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), nos seguintes montantes:

#### ANEXO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

#### Valores Correntes

Especificação	R\$ mil		
	2010	2011	2012
	Valor	Valor	Valor
I. RECEITA FISCAL TOTAL	12.822.858	13.445.317	14.704.189
II. DESPESA FISCAL TOTAL	13.099.305	13.884.963	14.706.004
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	(276.447)	(439.646)	(1.815)
IV. RESULTADO NOMINAL	(446.947)	(671.528)	(543.480)
V. DÍVIDA CONTRATUAL	3.652.217	3.989.993	3.809.668

nota: Valores expressos a preços de dezembro de cada exercício.

#### Valores Constantes

Especificação	R\$ mil		
	2010	2011	2012
	Valor	Valor	Valor
I. RECEITA FISCAL TOTAL	12.300.104	12.354.810	12.952.051
II. DESPESA FISCAL TOTAL	12.565.281	12.758.798	12.953.650
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	(265.177)	(403.988)	(1.599)
IV. RESULTADO NOMINAL	(428.726)	(617.063)	(478.720)
V. DÍVIDA CONTRATUAL	3.503.325	3.666.377	3.355.712

nota: Valores expressos a preços de dezembro de 2009.

Fonte: Lei nº 4.386/2009 ( LDO/2010).

As metas fiscais têm como base os parâmetros econômicos da taxa inflacionária, combinada com o crescimento da economia do Distrito Federal e com a política fiscal de ajuste orçamentário e financeiro a partir do exercício de 2007, e, como regra, tais metas expressam a busca do equilíbrio das finanças distritais.

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas e despesas fiscais para o período de 2010 a 2012 consistem em:

a) base de cálculo:

As projeções de receitas tributárias para o período de 2010 a 2012 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, conforme documentação encaminhada pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda – SUREC/SEF, sendo os mesmos contemplados como metas na Projeção para o exercício de 2010 e seguintes.

Em relação ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF tomou-se como base os valores redefinidos nas projeções de reajuste salarial do servidor do Distrito Federal, reestruturação, nomeações decorrentes de concursos públicos, além de estimativa de crescimento vegetativo, de 2,5% em média.

No que tange as demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores orçados na LOA do exercício de 2009, utilizando-se os índices de inflação (IGP-DI) e do crescimento real, PIB. Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, cujas projeções foram elaboradas pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda – SUTES/SEF, em conformidade com os processos de contratação de crédito, instante em que é observado o equilíbrio necessário à obtenção do resultado primário igual a zero pelo método da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) hipóteses macroeconômicas:

Considera-se o PIB e o IPCA como sendo as principais variáveis para explicar o crescimento real das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências, acompanham o ritmo das atividades econômicas.

Assim, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 4,25%, 4,39% e 4,32%, respectivamente.

As taxas de inflação (IPCA) consideradas para o período foram de 4,25%, 4,39% e 4,32%, respectivamente, conforme pesquisa no site do Banco Central do Brasil em 08/05/09.

A base para a projeção das despesas fiscais leva em consideração as variáveis estipuladas para as receitas fiscais, sendo que para a rubrica “Pessoal e Encargos” adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual), 0,3% a.m. para o Poder Executivo e 0,25% a.m. para o Poder Legislativo e autorizações específicas para aumento de despesas de pessoal, tais como criação de cargos, reajuste geral para servidor a um custo estimado de R\$ 540 milhões e previsões de concursos públicos no total de R\$ 194 milhões, bem como reajuste salarial médio de 5,5% para a administração direta e autárquica.

Para as despesas correntes, foram consideradas as necessidades mínimas individuais de cada órgão, levando-se em conta, ainda, as estimativas para investimentos, buscando-se com essa medida reduzir custeio em detrimento de novos investimentos.

Importante ressaltar que a parte da despesa de pessoal destinada ao custeio de inativos e pensionistas, a partir de janeiro de 2009, apresenta contabilidade diferenciada no grupo das Outras Despesas Correntes, por ter o controle, a arrecadação, as aplicações financeiras e os pagamentos efetuados pelo Instituto de Previdência Social do Servidor do Distrito Federal – IPREV-DF, na forma do Manual de Contabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, combinado à Portaria Conjunta SOF/STN nº 03, de 14/10/08, inclusive com Reserva Própria do RPPS, para pagamentos futuros.

O Distrito Federal tem pautado suas ações fiscais com o objetivo de atender as demandas sociais e de investimentos da população, bem como viabilizar atendimento aos mandos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Neste contexto, é imperioso dar sequência ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, iniciado em 1999 por meio de cumprimento de metas e implementação de ações fiscais.

Com a aprovação da Lei nº 4.461/09 - LOA, a Receita Orçamentária do Distrito Federal para 2010 foi estimada em R\$ 13,4 bilhões, sendo R\$ 8,9 bilhões para o Orçamento Fiscal e R\$ 3,1 bilhões no Orçamento da Seguridade Social, com a fixação da despesa orçada no mesmo valor e Resultado Primário deficitário em R\$ 61,5 milhões, e previsão de resultado primário nulo para o Programa.

Os limites anuais e mensais da programação financeira inicial de 2010, autorizados para pagamento de pessoal, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada são os constantes dos Anexos I a VII da Portaria SEF nº 18, de 28/01/10, publicada no DODF nº 21, p. 34-62, de 29/01/10 e projetaram um resultado primário no valor de R\$ 193 milhões. A primeira revisão da programação financeira/2010 já projetou um resultado primário nulo, com receitas e despesas fiscais no valor de R\$ 12,8 bilhões, haja vista o contingenciamento de dotações orçamentárias para o exercício financeiro de 2010 no grupo de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, nos valores de R\$ 561,7 milhões, R\$ 120,4 milhões e R\$ 28,2 milhões, respectivamente, conforme disposto na Portaria nº 51, de 22/04/10, publicada no DODF nº 77, p. 13, de 23/04/10.

Segundo previsão da Subsecretaria da Receita, a receita de origem tributária deverá atingir R\$ 8.364 milhões em valores correntes, o que sinaliza crescimento nominal de 11,3 % em relação a 2009. Para 2010 e 2011, esperam-se R\$ 9.437 milhões e R\$ 10.225 milhões em valores correntes, respectivamente, conforme dados abaixo discriminados na Tabela 12.

Tabela 12 - Evolução Receita de Origem Tributária

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2009 (Realizado)		2010		2011		2012		VARIACÃO % NOMINAL		
	VALOR (A)	%	VALOR (B)	%	VALOR (C)	%	VALOR (D)	%	(B)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
<b>I. Receita Tributária</b>	<b>6.074</b>	<b>100,0</b>	<b>6.765</b>	<b>100,0</b>	<b>7.776</b>	<b>100,0</b>	<b>8.499</b>	<b>100,0</b>	<b>11,4</b>	<b>14,9</b>	<b>9,3</b>
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>4.862</b>	<b>80,1</b>	<b>5.428</b>	<b>80,2</b>	<b>6.354</b>	<b>81,7</b>	<b>6.993</b>	<b>82,3</b>	<b>11,6</b>	<b>17,1</b>	<b>10,1</b>
ICMS	3.980	65,5	4.482	66,3	5.293	68,1	5.842	68,7	12,6	18,1	10,4
ISS	738	12,1	794	11,7	902	11,6	985	11,6	7,6	13,6	9,2
Simples	144	2,4	152	2,2	159	2,0	166	2,0	5,3	4,6	4,4
<b>Impostos Diretos</b>	<b>1.101</b>	<b>18,1</b>	<b>1.221</b>	<b>18,0</b>	<b>1.298</b>	<b>16,7</b>	<b>1.377</b>	<b>16,2</b>	<b>10,9</b>	<b>6,3</b>	<b>6,1</b>
IPTU	365	6,0	410	6,1	430	5,5	450	5,3	12,4	4,8	4,7
ITBI	173	2,9	200	3,0	226	2,9	253	3,0	15,7	12,8	11,9
ITCD	26	0,4	28	0,4	32	0,4	36	0,4	6,1	14,3	12,5
IPVA	536	8,8	582	8,6	610	7,8	638	7,5	8,5	4,8	4,6
<b>Taxas</b>	<b>113</b>	<b>1,9</b>	<b>116</b>	<b>1,7</b>	<b>124</b>	<b>1,6</b>	<b>129</b>	<b>1,5</b>	<b>2,7</b>	<b>6,7</b>	<b>4,2</b>
TLP	81	1,3	83	1,2	88	1,1	92	1,1	1,4	7,2	4,1
Outras taxas	32	0,5	34	0,5	35	0,5	37	0,4	6,3	5,7	4,5
<b>II. Outras Receitas de Origem Tributária</b>	<b>152</b>	<b>100,0</b>	<b>170</b>	<b>100,0</b>	<b>187</b>	<b>100,0</b>	<b>207</b>	<b>100,0</b>	<b>11,2</b>	<b>10,2</b>	<b>10,8</b>
Dívida Ativa	104	68,5	116	68,1	126	67,5	138	66,7	10,6	9,1	9,5
Multas e Juros	48	31,5	54	31,9	61	32,5	69	33,3	12,5	12,6	13,5
<b>III. IRRF</b>	<b>1.287</b>	<b>100,0</b>	<b>1.429</b>	<b>100,0</b>	<b>1.473</b>	<b>100,0</b>	<b>1.519</b>	<b>100,0</b>	<b>11,0</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>
<b>TOTAL GERAL (I+II+III)</b>	<b>7.514</b>		<b>8.364</b>		<b>9.437</b>		<b>10.225</b>		<b>11,3</b>	<b>12,8</b>	<b>8,4</b>

Fonte: Boletim de arrecadação - Receitas/SIGEST para receita realizada, com ajuste SIGGO para o ISS e IRRF.

As projeções acima foram elaboradas em consonância com a Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2579/2008, a qual determina que a receita estimada seja apurada conforme metodologia a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

A estimativa das despesas para o exercício de 2010 foi programada, em consonância com as projeções da receita, a qual foi construída com base na média das expectativas do mercado financeiro, como segue:

## PREVISÃO PARA O IGP-DI ACUMULADO – 2008-2011

2009	2010	2011	2012
2,30%	4,55%	4,54%	4,56%

Fonte: www.bcb.gov.br (Relatório Focus).

## IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

2009	2010	2011	2012
1,0000	0,9663	0,9243	0,8840

Elaboração: Núcleo de Análise e Projeção Econômica-Tributária/COPET/SUREC/SEF.



Com base nesses dados, para o triênio 2010 a 2012, o Governo tem como compromisso dar prosseguimento às obras já iniciadas, principalmente no sistema viário, quanto ao atendimento das despesas obrigatórias combinado ao custeio de áreas prioritárias como saúde e educação, bem como o cumprimento integral da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para tanto, destacam-se ações nas seguintes áreas:

- **Social:** Construção de 4 Restaurantes Comunitários, implantação da Cidade dos Meninos, previsão de entrega de mais 4 Centros de Referência em Assistência Social-CRAS e 2 Centros de Orientação Sócio-Educativa-COSE;
- **Educação:** Construção e reforma de 19 estabelecimentos de ensino, com um total previsto de 293 novas salas de aula, participação de 300 escolas no projeto da Educação Integral, entrega de 151 quadras cobertas;
- **Segurança Pública:** Construção de mais 240 postos policiais até o final de 2010, bem como das unidades de segurança integrada com monitoramento eletrônico;
- **Saúde:** Conclusão da reforma do bloco de internação do HBDF, inauguração de 4 Unidades de Pronto Atendimento-UAPS, construção de 3 Centros de Atenção Psicossocial, reforma de 20 centros de saúde, da Unidade de Queimados no HRAN e da UTI do HRG, início da construção da sede do Conselho de Saúde no terreno do HRAS, 2 Residências Terapêuticas; inauguração do Hospital da Criança de Brasília e conclusão da ativação do Hospital Regional de Santa Maria;
- **Justiça e Cidadania:** Construção de 5 Centros de Ressocialização Juvenil, da Casa de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania em todas as regiões administrativas, implantação da Escola da Cidadania e a desativação do CAJE;
- **Cultura, patrimônio, esporte e lazer:** Implantação das Vilas Olímpicas, de quadras poliesportivas, postos de atletismo, recuperação de monumentos, reforma da Torre de TV, da Catedral Metropolitana, da

Galeria dos Estados, do Planetário, ampliação do Aeroporto Internacional de Brasília, reforma do Serejão e do Cláudio Coutinho, construção do Estádio Nacional de Brasília, intervenções na malha viária e adequação da rede hoteleira para a Copa-2014;

- **Infra-estrutura:** implantação de asfalto, meios-fios, urbanização nas áreas mais carentes do Distrito Federal, tais como Sol Nascente e Pôr do Sol, ampliação e melhorias nos sistemas de drenagem pluvial do Plano Piloto e Taguatinga, implantação de urbanização e infraestrutura no setor Noroeste e no Parque Burle Marx, implantação de ciclovias em diversas localidades, construção de Praças da Juventude, destacando a de Itapoã, implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Lago Norte, segunda etapa de: Bairro Itapoã, Vila Estrutural, Vicente Pires, complementações em Araponga e Mestre D'Armas em Planaltina, início da implantação de obras relativas aos Sistemas Produtores de Água do Ribeirão Bananal, Paranoá e Corumbá Sul, visando o aumento da capacidade de produção de água e a garantia do fornecimento para a população do DF até meados deste século;
- **Transporte público:** Conclusão das obras da EPTG (DF-085), construção e reforma de mais 14 terminais de ônibus, recebimento dos novos trens para o Metrô adquiridos em 2009, conclusão e colocação em operação da estação Guará, expansão da Linha 1 do METRÔ em Ceilândia, Samambaia, no Plano Piloto, até início da Asa Norte, implantação do Veículo Leve Sobre Trilho–VLT e do Veículo Leve Sobre Pneu-VLP, que interligará o Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, além da construção de estacionamentos subterrâneos, construção da nova Rodoviária e reforma da Rodoviária do Plano Piloto, intervenções na malha viária através da reestruturação e ampliação da BR 450 – EPIA, e recuperação de vias públicas;
- **Meio ambiente e habitação:** implantação da infra-estrutura do Jardim Botânico III, do Setor Pôr do Sol e Sol Nascente.

## CONCLUSÃO

---

Este relatório de execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal visa cumprir o Contrato n.º 003/99 de 29/07/99 firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal de acordo com a Lei nº 9.496/97 e Resolução do Senado Federal nº 68/99 de renegociação de dívidas estaduais.

O relatório conclui que o Governo do Distrito Federal em 2009 atingiu com folga a meta da **Relação Dívida/Receita Líquida Real** (0,22 da RLR); apresentou, preliminarmente, **Resultado Primário** deficitário de R\$ 501 milhões (incluídas as despesas executadas com recursos de superávit, que, expurgadas, reverterem o resultado primário para R\$ 280 milhões superavitários, consoante demonstrado na seção 2.2 do relatório); manteve suas despesas com pessoal aquém da relação das **Despesas com Pessoal/Receita Corrente Líquida** (incluídas as despesas de inativos e pensionistas: 52,81% da RCL - inferior ao limitador de 52,87% conforme acordado na meta de 60% da RCL); arrecadou como **Receitas Próprias** o montante de R\$ 8.118 milhões inferior ao valor projetado de R\$ 8.155 milhões que apresenta-se superestimado em R\$ 219,4 milhões para o ICMS Financiamento FUNDEF/FIDE, necessitando ser expurgado da meta por configurar em duplicidade (seção 2.4 do relatório); realizou as ações compromissadas na meta de **Reforma, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**, com exceção do indicador Outras Despesas Correntes/Receita Líquida Real, limitado em 37,24 da RLR de 2008 por abranger despesas no total de R\$ 452 milhões custeadas com recursos de superávit (seção de 2.5 do relatório); e atingiu a meta **Relação dos Investimentos/Receita Líquida Real**, limitada em 16,13% e realização de 15,62%.

Em decorrência do que foi relatado neste documento e no aguardo da visita da Missão Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional ao Distrito Federal, no período de 23 e 24 de junho de 2010, o Governo do Distrito Federal solicita valer-se da regra contida no inciso IV, do parágrafo único, do artigo 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/01, que confere ao Ministro de Estado de Fazenda o poder de revisar a avaliação pelo descumprimento de metas e compromissos à vista das justificativas anteriormente apresentadas nas seções específicas deste relatório, e considerando, adicionalmente, que o Distrito Federal não saiu da situação de equilíbrio fiscal.

Este equilíbrio baseia-se, principalmente, na análise financeira dos exercícios de 2008 e 2009, que apresentaram suficiência financeira de R\$ 974,6 milhões e R\$ 851,4 milhões (descontadas as inscrições em restos a pagar nos montantes de R\$ 592,3 milhões e R\$ 601,8 milhões, respectivamente), conforme demonstrativos de Disponibilidade de Caixa publicados nos Relatórios de Gestão Fiscal anuais.

Em relação às despesas inscritas em restos a pagar nos exercícios de 2007 a 2009, foi cancelado o valor total de R\$ 291,8 milhões, até a presente data. Com esta apuração e considerando o resultado primário deficitário de R\$ 501 milhões (incluídos os dispêndios com recursos de superávit, resultante do orçamento de 2008, no valor de R\$ 781,5 milhão) ao invés do primário superavitário de R\$ 280 milhões, apresentado na Tabela 4 da Seção 2.2 do presente relatório, verifica-se suficiência de R\$ 39,8 milhões na apuração da necessidade de financiamento do DF sendo expurgados os valores de restos a pagar cancelados, consoante critério “abaixo da linha”, conforme demonstrado abaixo:

ANO 2009	ATÉ DEZ/2009 - R\$
<b>Receita Total</b>	<b>11.452.380.209</b>
(-) Aplicações Financeiras	170.745.438
(-) Receita de Operações de Crédito	274.519.319
(-) Receita de Alienação de Bens	36.955.706
(-) <i>Receita de Serviços Financeiros ( - Caesb)</i>	<i>20.096.062</i>
(-) <i>Receita de Juros de Títulos de Renda</i>	<i>756.338</i>
<b>Receita Primária ( I )</b>	<b>10.949.307.347</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>11.704.310.845</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	129.417.334
(-) Amortização da Dívida	124.561.290
<b>Despesa Primária ( II )</b>	<b>11.450.332.221</b>
<b>Resultado Primário = ( I - II )</b>	<b>(501.024.874)</b>
<b>III- Juros da Dívida (líquido devido)</b>	<b>(62.180.503)</b>
<b>IV- Necessidade Financiamento Líquida (-V + VI)</b>	<b>438.844.371</b>
<b>V- Amortizações de Dívida</b>	<b>124.561.290</b>
<b>VI- Necessidade Financiamento Bruta (IV + V)</b>	<b>563.405.661</b>
<b>VII- Fontes de Financiamento</b>	<b>311.475.025</b>
Alienação de Ativos deduz Aquis Títulos Crédito	36.955.706
Operações de Crédito	274.519.319
<b>XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)</b>	<b>251.930.636</b>
<b>XIII - Restos a Pagar Cancelados (2007 a 2009)</b>	<b>291.808.704</b>
<b>XIV – Diferença</b>	<b>(39.878.068)</b>

Importante salientar que pelo segundo ano consecutivo o valor líquido dos juros da dívida foi negativo, ou seja, a diferença entre as receitas financeiras e o pagamento de juros e encargos no ano de 2009, apresentou-se superior ao desta despesa em torno de 48%, seguindo a trajetória iniciada em 2008.

Ademais, importante ressaltar, ainda, que, a dívida financeira do Distrito Federal em relação à sua Receita Líquida Real é declinante (36% em 2004, 30% em 2005, 25% em 2006, mantendo-se constante em 22% da RLR, no último triênio, bem abaixo da exigência legal e atualmente uma das mais baixas do país.

Ante o exposto, o atual Governo entende que as justificativas expostas constituem fundamentos relevantes para que as metas nº 2 - Resultado Primário, nº 4 – Receitas Próprias e um dos compromissos referentes ao limite acordado para as Outras Despesas Correntes da meta nº 5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos sejam consideradas adimplentes, colocando-se à disposição para esclarecimentos que, por ventura, sejam necessários.

## IDENTIFICAÇÃO

---

Brasília,      de maio de 2010.

Secretário de Estado de Fazenda:

**ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Responsável pela elaboração e consolidação dos dados e informações:

Chefe do Núcleo de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal da Gerência da Dívida Pública e Ajuste Fiscal da Diretoria Geral de Dívidas, Avais e Haveres da Subsecretaria do Tesouro/SEF:

**CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTEZ**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: 3312-5828